



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003802-64.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto**
 Requerente: **JOSE APARECIDO FRANCISCO NEVES**
 Requerido: **Banco Itaucard S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença.

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor pretende o ressarcimento do valor pago a título de financiamento de veículo, afirmando que deixou de pagar quatro meses do financiamento por erro no código de barras do boleto, o motivou o ajuizamento de ação de busca e apreensão. Requer indenização por dano material no valor de R\$ 18.300,00.

Os documentos amealhados pelo autor não respaldam a sua pretensão.

O Banco réu logrou êxito em comprovar que a inadimplência do autor era anterior ao ano de 2016, o que motivou o ajuizamento de ação de busca e apreensão distribuída em 30/11/2015, a qual foi julgada procedente (fls. 14). Em pesquisa ao site do TJSP, verifica-se que a ação transitou em julgado, não cabendo a este juízo perquirir sobre a inadimplência do autor, o que ficou comprovando naqueles autos.

Importante ressaltar que no caso de alienação fiduciária de veículo, a retomada do bem pelo credor não impõe o dever de restituir os valores adimplidos. É o que se extrai do artigo 1º do Decreto-Lei nº 911/69, que alterou a redação do artigo 66 da Lei nº 4.728/65, e estipula em seus §§4º e 5º, que:

§ 4º No caso de inadimplemento da obrigação garantida, o proprietário fiduciário pode vender a coisa a terceiros e aplicar preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da cobrança, entregando ao devedor o saldo porventura apurado, se houver.

§ 5º Se o preço da venda da coisa não bastar para pagar o crédito do proprietário fiduciário e despesas, na forma do parágrafo anterior, o devedor continuará pessoalmente obrigado a pagar o saldo devedor apurado.

Desta feita, o devedor fiduciante tem direito apenas ao saldo apurado após a venda do veículo, caso haja, após a efetivação do pagamento do crédito da instituição financeira.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Não há que se falar em ressarcimento pelos valores pagos, porquanto o financiamento é devido e deve ser quitado, seja pela via natural do pagamento espontâneo, seja pela aplicação do valor de venda do veículo.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação e deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 21 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**